

EXAME

EDIÇÃO 698

ANO 33 - Nº 20 - 6/OUTUBRO/99

R\$ 4,50

www.exame.com.br

A Pobreza do Debate

O debate sobre a pobreza mistura ignorância, demagogia e miopia. E esconde o essencial: há poucos recursos para os pobres porque ninguém — mesmo os que clamam por justiça social — quer abrir mão de velhos privilégios

Por *André Lahóz*
Página 136



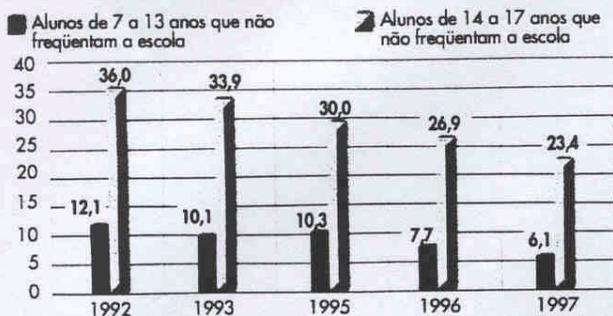
ISSN 0102-2881 Edição Quinzenal 00698>



9 770102 288002

Salas cheias

Cada vez mais crianças e jovens brasileiros vão à escola — em %

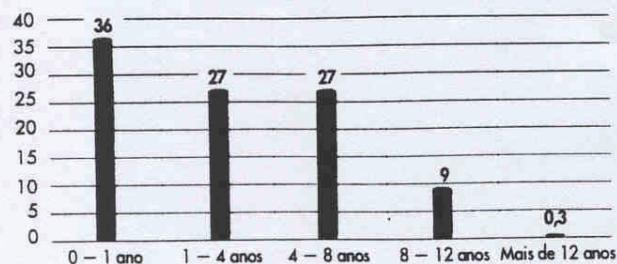


Elaboração: Ipea

Fonte: PNAD

Evasão

Quanto tempo os pobres brasileiros passam na escola



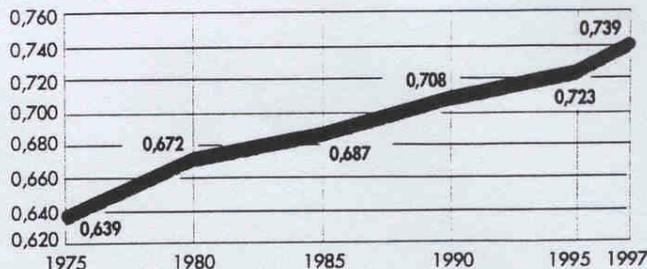
Fonte: Francisco Ferreira, Peter Lanjouw e Marcelo Neri

Mas o que são as soluções corretas? Bem, aí entra em campo o interminável debate sobre as causas da pobreza no país. Escravidão, ausência de democracia, falta de partidos políticos sólidos, repressão a sindicatos, oligarquias nordestinas, todas essas explicações (e muitas outras) já foram apresentadas. Talvez todas ajudem a explicar a pobreza. Mas há hoje, entre os especialistas da matéria, duas questões que surgem como essenciais nesse tema. A primeira é a estabilidade. A segunda é a educação. Qualquer discussão séria passa, necessariamente, por esses pontos.

A estabilidade econômica foi, durante muito tempo, negligenciada nesse debate. Boa parte dos economistas da chamada "escola desenvolvimentista" achava que a inflação era um modo legítimo de canalizar poupança para o Estado. Só assim os investimentos públicos poderiam ser feitos. "Havia mesmo a chamada teoria da inflação produtiva", diz o economista Eduardo Gianetti da Fonseca, da Universidade de São Paulo. Hoje ficou claro que, se a inflação é um mal, ela é especialmente cruel com os pobres. Repare no gráfico da página ao lado. Note como o Plano Cruzado, de 1986, é seguido por uma notável redução no número de pobres. A queda é de nada menos do que 23 milhões —

Índice de Desenvolvimento Humano

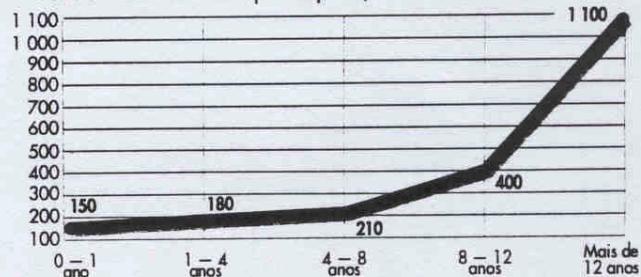
Evolução do índice de desenvolvimento humano no Brasil entre 1975 e 1997



Fontes: Human Development Report/1999 e Ipea

Bolsistas na fila da renda

Quanto mais tempo na escola, maior a renda do brasileiro — renda média familiar per capita (reais de 1996)



Fonte: Francisco Ferreira, Peter Lanjouw e Marcelo Neri

de 65 milhões de pobres em 1984 para 41,5 milhões em 1986. Como o Cruzado fracassou fragorosamente, o número de pobres voltou praticamente aos mesmos níveis do início da década com o retorno da inflação.

Com o Plano Real, o número de pobres voltou a cair. A queda foi menor: cerca de 10 milhões, segundo o Ipea, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (É claro que esses números não devem ser levados ao pé da letra, mas apenas servir de referência.) Mas, pelo menos por enquanto, essa situação não mudou. "A estabilidade é o básico para começar a pensar na solução do problema", diz o economista Francisco Ferreira, da PUC do Rio de Janeiro, um dos maiores especialistas do país sobre o tema.

Só que o ganho trazido pelo fim da inflação já foi incorporado. Desde 1997 o número de pobres parou de cair. Isso deixa claro que o Real foi importante, mas não inaugurou uma fase contínua de melhoras nessa área. Daqui para a frente, estabilidade representa apenas um pré-requisito para avançar em outras áreas. Um pré-requisito fundamental: aqueles que costumam insistir que "um pouco de inflação não faz mal" devem voltar a olhar no gráfico os anos finais da década de 80 e verificar o aumento brutal da pobreza trazido pela inflação. Mas a estabilidade, por si só, não basta. É aí que entra o segundo ponto: a educação.

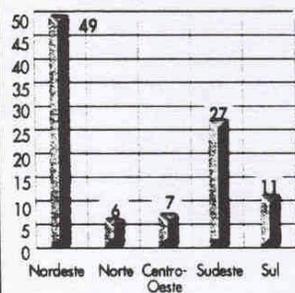
REPORTAGEM DE CAPA

A importância da educação na redução da pobreza é absolutamente unânime entre as pessoas que estão estudando com seriedade o tema. Olhe o gráfico da página anterior. Veja como a renda de cada um dos brasileiros é diretamente relacionada com seu grau de escolaridade. A probabilidade de uma pessoa com menos de um ano de escolaridade de ser pobre é de 75%. Esse número cai para 62% se ela tiver entre um e quatro anos de estudo. Se a escolaridade for entre quatro e oito anos, a possibilidade de ser pobre cai para 41%. Entre oito e 12 anos de estudo, é de 20%. E, se a pessoa tiver mais do que 12 anos de escolaridade, ela tem apenas 2% de probabilidade de ser pobre. “O capital humano não é muito diferente do chuchu”, diz o economista José Alexandre Scheinkman, da Universidade Princeton. “Se falta chuchu, o preço sobe. O mesmo vale para alguém com um diploma.”

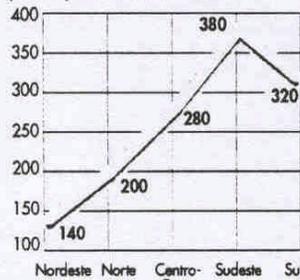
Embora bastante intuitiva, a importância dessa relação foi muitas vezes minimizada ao longo da história do país. Em um ambiente muito politizado, outras variáveis, como liberdade sindical, foram consideradas mais importantes. A idéia era que o mercado de trabalho representava o local onde a desigualdade tomava forma. Hoje, o que se percebe é muito diferente. Segundo a frase já clássica do economista Ricardo Paes de Barros, do Ipea, a maior autoridade do país no tema, “o mercado de trabalho não cria nenhuma desigualdade, mas apenas expressa uma desigualdade

Mapa da pobreza

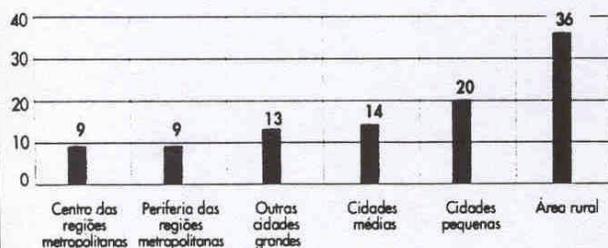
Veja a distribuição dos pobres pelas regiões do Brasil — em %



Quanto os pobres de cada região ganham — renda média familiar per capita (reais de 1996)

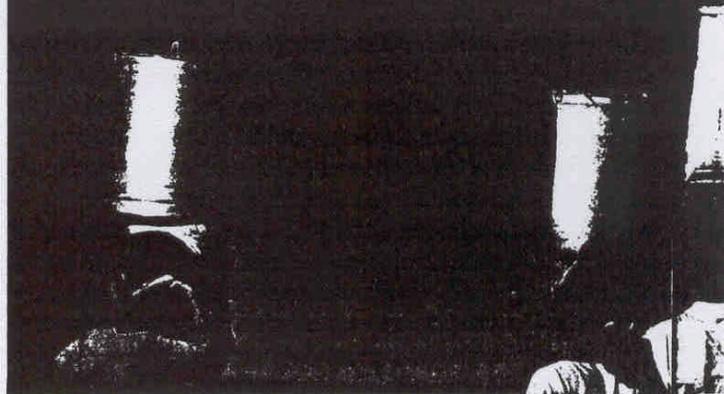


Onde se distribuem os pobres — em %



Fonte: Francisco Ferreira, Peter Lanjouw e Marcelo Neri

Metade do indigentes do Brasil estão na zona rural



anterior”. Que desigualdade é essa? A educacional. Os pobres costumam ter uma escolaridade muito baixa, enquanto os ricos chegam até a universidade. Segundo Paes de Barros, cada ano a mais na escola eleva a renda em 16%. “O Brasil vem tentando atacar a pobreza colocando mais dinheiro na mão do Estado, e os resultados são pífios”, diz o economista José Roberto Mendonça de Barros. “O que falta é um choque de educação.”

Essa discussão permite fazer uma distinção importante. É a diferença entre pobreza e distribuição de renda. A pobreza é uma medida absoluta. A distribuição é uma medida relativa. O Brasil tem muitos pobres e, ao mesmo tempo, uma distribuição injusta. É claro que essas coisas se relacionam, mas não andam necessariamente juntas. (Por exemplo, dá para ter muita pobreza e pouca concentração.) A educação ajuda a atacar os dois problemas. Uma sociedade com maior escolaridade possibilita mais crescimento, mais renda e menos pobreza. Ao mesmo tempo, possibilita também redução na desigualdade, pois torna menos escasso o trabalho mais qualificado.

Esse ponto é hoje quase óbvio, mas note que há uma importante mudança na discussão. Muita gente ainda raciocina exclusivamente em termos de políticas compensatórias, com distribuição de cestas básicas ou garantia de renda mínima. Cabe aqui a famosa comparação entre dar o peixe ou ensinar a pescar. No primeiro caso, o problema volta assim que o peixe é consumido. No segundo, não.

A escolaridade ajuda a explicar também outro ponto: as disparidades entre diferentes regiões do país. No Piauí e em Alagoas, por exemplo, a repetência na 1ª série era superior a 60% dos alunos em 1997. Em São Paulo, era de apenas 9%. Resultado: a probabilidade de um nordestino ser pobre é de 75%, segundo um trabalho recente dos economistas Francisco Ferreira, Peter Lanjouw e Marcelo Neri. Na Região Sudeste, essa possibilidade cai para 28%.